

TRÊS INSCRIÇÕES MEDIEVAIS

Emp. Ind. Gráf. do Porto, L.da
R. Mártires da Liberdade, 178

INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PÓRTO

TRÊS INSCRIÇÕES MEDIÉVAIS

POR

PEDRO VITORINO

Separato da *Rev. de Est. Históricas*. Ano 2.^o, n.^o 1

PÓRTO

1925

A BUNDAM pelo país fóra, nos próprios locais de origem ou recolhidos nos museus, os monumentos epigráficos da época portuguesa, documentação valiosa que muito conviria conhecer e esplanar.

Mas nem ao menos se sabe o que existe.

Como o seu estudo comporta exigências de variada ordem, poucos cultores se lhe tem dedicado.

Não se ignoram as dificuldades materiais a vencer, em que o dispêndio predomina, especialmente quando as lápides se alcandoram em lugares pouco acessíveis, que é preciso atingir com segurança para se obterem os decalques, fôrma prática e imprescindível pelo seu rigor.

Com êsse elemento basilar se procederá à interpretação epigráfica, onde entra tanto a vista como o tacto, para dar logar depois ao desenho que permite divulgá-las nos seus caracteres nativos, com todos os seus caprichos de fôrmas, mas também, e sobretudo, com os mais úteis dos ensinamentos.

A paleografia é indispensável na publicação das inscrições: siglas, abreviaturas, letras mo-

nogramáticas e inclusas, tudo isso deve ser tornado patente aos olhos com a possível justeza.

A simples inspecção dêstes elementos, sem qualquer leitura, permitirá mesmo a diagnose da época.

São essas exigências, à parte outras ainda, que explicam a escacez de tais estudos.

Contudo as suas vantagens são inegáveis.

Há bem pouco ainda, à cerca dêste assunto, escrevia o distinto arqueólogo lisbonense, sr. J. M. Cordeiro de Sousa (1):

«À parte as raras tentativas isoladas de um ou outro investigador paciente, não existe, e creio mesmo que nunca se pensou em o organizar, um inventário das inscrições dispersas pelo país.»

Tempos antes já, em 1896, o saudoso dr. Sousa Viterbo, observava:

«De há muito os estudiosos lamentam a falta de uma obra onde estejam reunidas as inscrições portuguesas, subsídio indispensável para qualquer trabalho de investigação histórica» (2).

Então, como agora, a mesma lacuna subsiste.

Dos epigrafistas nacionais que tentaram tornar conhecidas as inscrições segundo a sua pa-

(1) *Algumas inscrições portuguesas do Museu do Carmo* na «Arqueologia e Historia», Lisboa, 1923 (Publicação da Associação dos Arqueólogos Portugueses) Vol. II, pág. 96.

(2) *Bibliografia epigráfica portuguesa*, no «Archeologo Português», Lisboa, 1896, vol. II, pág. 11.

leografia própria, não devem esquecer-se os nomes do P.^c Manuel da Cruz Pereira Coutinho, prior da Sé de Coimbra, que nos anos de 1841 e 1842 publicou algumas no seu apreciado e raro jornal o *Antiquario Conimbricense*, e de Luciano Cordeiro, que, em 1895, imprimiu um opúsculo onde se estampavam e comentavam diversas inscrições portuguesas. São dêsse polígrafo illustre estas palavras cheias de dolorosa verdade: «Ora, todos os dias ruem os monumentos e vão-se apagando e desaparecendo as legendas tumulares, por êsse país fóra. É, contudo, tão fácil, tão agradável passatempo, até, conservá-las!» (1)

A feição aprazível, mais que ninguém o devotado a sentirá. Será o devotado o melhor carreador de materiais para um conhecimento mais perfeito da nossa riqueza lapidar.

É nessa qualidade, e desprezenciosamente, que agora apresento três inscrições, destacadas da série de Entre-Douro-e-Minho, que estou reunindo e tenho em publicação em *O Archeologo Português* (o melhor repositório de documentos epigráficos do país), que o eminente professor dr. José Leite de Vasconcelos em hora afortunada concebeu e infatigavelmente prossegue.

São dos séculos XIV e XV, isto é, medievais (2).

(1) *Inscrições Portuguesas*, por Luciano Cordeiro, Lisboa, 1895, pag. 9.

(2) A última ultrapassa a data de 1453, em que convencionalmente termina a Edade Média. Contudo,

As duas primeiras inscrições pertencem à secção lapidar do Museu Municipal do Pôrto, sem dúvida um dos mais interessantes departamentos dêste estabelecimento scientifico, que a pujante iniciativa de Rocha Peixoto organizou, não só com elementos locais, mas com outros que em viagens de estudo e em variados pontos do norte do país pôde obter.

Essa secção (que obstinadamente e sem rigor tem sido chamada «arqueológica» sem se reflectir que «arqueológico» é o Museu em si, excluidas as divisões respeitantes à «arte» e à «etnografia» que também abrange), acha-se infelizmente estacionária, aguardando que novas iniciativas a enriqueçam para proveito dos estudiosos.

A essas pedras, piedosamente recolhidas no antigo claustro dos Capuchos, estão ligados nomes illustres de mortos e de vivos, como os do dr. José Fortes e Ricardo Severo, que souberam, pelo labor probo e aturado, dar alma, alcançando-lhe o significado, ao que parecia só votado à ignorância e ao indiferentismo dos séculos. ¡Sirvam êstes nomes de incentivo a novos esforços de colheita e de interpretação!

O outro documento epigráfico vê-se no mosteiro de Paço de Sousa, em situação que bem

não está fóra de razão inclui-la nesse periodo, se atendermos ao justificado critério do meu muito prezado mestre e amigo sr. dr. José Leite de Vasconcelos, que estende a literatura portuguesa medieval até ao ano de 1502 (*Textos Arcaicos*, Lisboa, 1923, pag. 211).

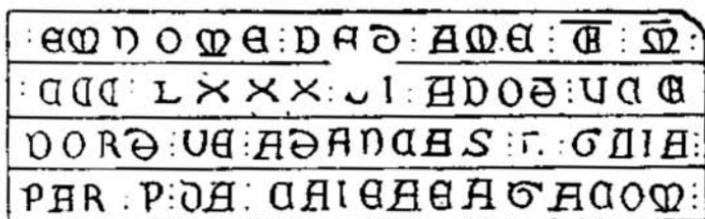
demonstra o menosprêso com que sempre os testemunhos do passado foram tidos entre nós.

As três inscrições presentes, de épocas sensivelmente próximas, têm características paleográficas diversas, apesar de pertencerem ao mesmo género de escrita—a letra gótica—que desde o reinado de D. Denis era usada, com o abandonô concomitante e sucessivamente acentuado do latim, ao qual a linguagem portuguesa se antepunha com exuberante vitalidade.

Vejam os interessantes documentos, cada um de per-si.

I. De dificultosa leitura se apresenta esta pedra, pelo facto dos caracteres estarem bastante apagados e ter sofrido alguns desgastes.

Pertence ao Museu Municipal do Pôrto.



O respectivo letreiro elucida:

Inscrição procedente do antigo Postigo do Carvão na freguesia de S. Nicolau (Porto). Granito. Fins do século XV. Caracteres góticos. Leitura actualisada de Gonçalves Coelho:

*Em nome de Deus amen. Era de M. | CCCCLXXX... ; ... [D. M.^{cl}?] (M) andou ve
dores ver as ancras a Gaya | para pôr uma
cadêa e amarração.*

Por um decalque obtido, que evidenciou os menores detalhes, pude verificar não ser de todo exacta esta lição.

A era mencionada é de M CCC LXXXVI, que exclue evidentemente o nome de D. Manuel; de resto o reinante não se acha indicado na lápide.

A data corresponde a D. João I e ao ano de Cristo de 1348.

De facto, a leitura é esta:

: *Em nome* : (de) *De* (u) *s* : *ame* (m) : *E* (ra) : *M* :
: *CCC* : *LXXX* : *VI* : (m) *a* (n) *dos* (e) : *vee*
dor (e) *s* : *ve* (:) *as* *anc* (r) *as* : *a* : *Gala* :
par (a) : *p* (or) : *u* (n) *a* : *Cadêa e a* (ma) *raçom* :

Paleograficamente a letra é do século XIV, como o mostram várias lápides, entre elas uma da era de 1359, sepulcral, que está na igreja de Santa Maria dos Olivais. Há algumas dissemilhanças de letras, tais o *a*, o *e* e o *s*, o que não admira, pois tomavam fórmias muito variadas.

Na nossa lápide o *e* apresenta dois tipos, com um travessão horisontal, que o distingue do *c*, e com uma haste vertical, em parte só cortada pelo travessão.

A letra *r* da última palavra, é representada por um sinal que dá idea dum *g*, embora com

êle por veses se assemelhasse, diferindo por alguns traços a mais.

Apesar de ser do tempo de D. João I, a inscrição acusa ainda a era de César, porque foi só em 1422 que êsse rei ordenou a contagem pelo ano do nascimento de Cristo.

II. Referentemente a esta inscrição, a placa do Museu Municipal do Pôrto, onde está deposta, esclarece:

Inscrição aberta num lintel da Casa de Cavaleiros, freguesia de S. Martinho do Outeiro, concelho de Vila do Conde. Com a cruz equilateral e o brasão dos Ferreiras interpe-lados.

Granito. Seculo XV. Caracteres goticos.

Leitura:

Era de 1447 (?) mandou | fazer Martinho Ferreira esta obra.

Vê-se ser o letreiro dum edificio civil, género hoje bastante raro, o que dá maior interêsse a êste exemplar.



Uma cruz de igual contorno, grega, era usada pelos cavaleiros aragoneses da ordem de Mon-

tesa, instituída em 1317, depois da abolição dos Templários (1312), facto que em Portugal também originou a Ordem de Cristo (1).

Letra minúscula, erecta, sem ligações, de uso corrente nos manuscritos. No século XV foi bastante empregada na epigrafia. Há a notar o primeiro *d*, de tipo inicial.

À data acima indicada e tida como incerta, deve ser anteposta a de 1437, que no esculpido se nos afirma bem clara.

III. Esta inscrição acha-se incrustada numa parede do convento de Paço de Sousa, que dá para o adro fronteiro à igreja, logo ao lado da antiga portaria. A pedra que a contém, utilizada como material de construção no século XVIII, parece que foi propositadamente posta a pequena altura para que um dia pudesse ser vista sem dificuldade. Efectivamente, a desagregação accidental da calça de revestimento do muro assim o permitiu. A par dela está uma outra pedra também inscrita. Deparou-se-me pela primeira vez em 1906, fixando-a então pela fotografia.

A lápide acha-se mutilada, mas mostra contudo os seus elementos principais.

Desfeitas as abreviaturas e repostas pelo sentido as palavras falhas, lê-se isto:

*Do (m) f (rei) Ju (ani) o Alv (ar) es abade me
man [dou fa] | ser no ano ICCCLXb...*

(1) *Ordres de chevalerie*, par Auguste Wahlen, Bruxelles, 1844, pag. 71.

O leteiro alude a uma obra executada pelo abade que em 1465 estava à testa da congregação. Com êste elemento cronológico convinha verificar na *Beneditina Lusitana* o nome que lhe correspondia. Entre os poucos nomes dessa categoria ai referidos, vê-se o de frei João Alvares, que foi nomeado abade comendatário de Paço de Sousa, em 1461.



Não resta dúvida ser êste o indicado na inscrição. Contudo diferenças de representação gráfica se notam, tanto no nome como no apelido.

Temos uma abreviatura com três letras I U O, na parte que diz respeito ao nome. Equivale por certo a João e como tal o aceito escudado na data. É indubitavelmente o mesmo que a *Beneditina* cita. O Dr. A. A. Cortesão, no seu *Onomástico medieval português* ⁽¹⁾ reuniu várias expressões nominais muito parecidas, algumas manifestamente transitórias do latim, tais como Ioan, Ioaniz, Ioannes, Ioany, Joam, Joamio,

(1) *Arqueólogo Português*, vol. XII, pag. 247, 249, e 250.

Johamino, Johanino, Juanio, derivadas da mesma raiz, e talvez equivalendo-se.

Juanio é a fôrma que se adapta às letras da inscrição.

Alves está também abreviadamente por Alvares.

O abade frei João Alvares não é um nome apagado.

Antes de nomeado comendatário para Paço de Sousa fôra secretário do infante D. Fernando, o Santo, ao qual dedicadamente acompanhou até à sua última hora no cativeiro de África. Uma vez à frente dessa comunidade beneditina, aí se notabilizou por importantes serviços de ordem moral e material, alguns dos quais éle próprio menciona numa das três cartas escritas da Flandres aos monges seus filhos, quando em 1467 lhes enviava a tradução dos sermões *Ad Frates in Eremito* atribuídos a Santo Agostinho (1).

A inscrição devia ter pertencido a alguma obra de sua iniciativa, claustro, capela ou cruzeiro, que reformas posteriores aniquilaram, envolvendo-a de todo o esquecimento. Os seus caracteres são típicos da época, bastante apertados, com predomínio dos traços verticais. Na data é adoptado o ano de Cristo. O milhar acha-se indicado pela letra I, coberto com uma

(1) Veem reproduzidos nas *Dissertações chronológicas* de João Pedro Ribeiro, Lisboa, 1860. Tom. I, pags. 364 e segs.

linha quebrada, como era corrente no século XV.

A interpretação das letras cursivas que se seguem ao ano, por a pedra estar mutilada, não podem ser dadas sem reservas. Parece-me vê-las a seqüência da data, referida ao dia e ao mês:

pr.º 9.º

Isto é, *primeiro de Novembro*, em fôrma abreviada.

